

ABSTRACT

QUOTIDIANO E SISTEMÁTICA DE TROCAS NO PLANALTO FRANCANO

PEDRO GERALDO TOSI - PROFESSOR ASSISTENTE DOUTOR
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FRANCA (SP.)
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIAIS BÁSICOS E EDUCAÇÃO

O objetivo do artigo é evidenciar a condição de caminho de passagem na ocupação da região de Franca (SP.), analisar as influências disso no modo em que ocorreu essa ocupação, identificar os problemas de fixação dos contingentes populacionais, com foco nos problemas de articulação da sociabilidade e os conflitos disso decorrentes. Do ponto de vista dos nexos próprios da História Econômica, confere-se, no texto, especial atenção aos elementos da vida material e das dotações naturais, assim como às possibilidades de se identificar uma economia, suas modalidades de mercantilização dos bens e os meios utilizados. Nessa linha, buscou-se estabelecer os limites impostos pela geografia, pela topografia e pelos caminhos, bem como pelos sistemas de transportes de modo a fazer emergir as relações sociais predominantes em uma cultura material crivada pelos modos rudimentares de vida e pelas distâncias.

QUOTIDIANO E SISTEMÁTICA DE TROCAS NO PLANALTO FRANCANO.

“Finalmente, segundo informações que tenho, a parte desta estrada que de Campinas segue até Mogi Mirim, é uma das melhores estradas que temos, dependendo apenas de alguns aterrados e esgotos, esta estrada pode ficar em breve deteriorada, se uma providência não houver, proibido os carros denominados - da Franca - e todos os de eixo móvel, que tanto prejudicam as estradas”¹.

A ESTRADA E A FRONTEIRA

Entrar, sair, ficar. Eis o movimento do qual se apuram os saldos de populações, bens úteis e riquezas de uma região. Os primórdios desse fluxo para a região compreendida entre os rios Pardo e Grande, na Capitania de São Paulo, remonta ao último quartel do século XVIII. Suas origens estão ligadas à ocupação territorial que a Coroa portuguesa buscava consolidar com as negociações e com os desdobramentos do Tratado de Santo Idelfonso.

É sabido que, durante as negociações do Tratado, os cartógrafos portugueses como que ocultaram dos espanhóis a existência de um dos meridianos do mapa, correspondendo mais ou menos à extensão da Capitania de Goiás. Fato que conferia à configuração do território da colônia portuguesa na América uma dimensão muito mais acanhada do que realmente ele compreendia, caso este fosse examinado à luz dos mapas produzidos naquela ocasião.

À Capitania de São Paulo estavam afetos os territórios que mantinham uma extensa fronteira com a América espanhola, compreendendo do Mato Grosso até o estuário do Prata. Até 1720, a Capitania abrangia, ainda, os territórios em que se manifestaram mais intensamente as atividades de mineração, vale dizer Minas Gerais e Goiás. À criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, sucederam-se a de Goiás, em 1744, e a do Mato Grosso, em 1748.

¹ **Nabuco D’Araujo**, José Thomaz. Estrada da capital por Jundiá e Campinas, até Franca. In: Discurso com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco D’Araujo, Presidente da Província de S.Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de maio de 1852. São Paulo: Na Typografia do Governo Arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. p. 64.

Tendo deixado de existir no período de 1750 a 1765, dada sua anexação à Capitania do Rio de Janeiro, nem por isso a Capitania de São Paulo havia desfeito sua influência na ocupação territorial, haja vista o fato dos bandeirantes terem se notabilizado pelas atividades de apresamento de índios e de descoberta de minas. Fizeram-no de modo que restou de suas atividades uma ampla rede de movimentação; muitas dessas rotas eram trilhas primitivas dos próprios índios, e todas elas foram forjadas de um modo que a cidade de São Paulo exercesse a função de ponto de partida e ponto de chegada.

Essa posição passará a ser compartilhada com a cidade do Rio de Janeiro quando a capital da Colônia é para lá transferida, em 1765, no momento em que se intensificavam os controles sobre as extrações auríferas de Minas Gerais. Assim, pode-se dizer que, no panorama da ocupação territorial, São Paulo passa a exercer uma ligação mais interiorizada com predominância na fixação de contingentes demográficos capazes de promover o enfrentamento dos interesses espanhóis ao sul, enquanto o Rio de Janeiro vai especializando-se na defesa territorial pela linha litorânea e interpondo-se aos fluxos que os nucleamentos mineradores irão demandar.

Ocorreu um duplo movimento: com o fato de os bandeirantes terem desbravado e constituído caminhos, alargou-se o leque de abrangência da Capitania paulista, ao mesmo tempo em que, com a descoberta das minas, o Rio de Janeiro oferecia as condições de fixação - população européia, escravos africanos e produtos metropolitanos. Ambos os vetores encontraram-se no momento em que as populações mineiras passavam a demandar gêneros complementares - alimentos e tropas - à atividade principal. O ouro e a atividade mineradora demandavam gêneros alimentícios e meios de transporte que a capital sozinha revelava-se incapaz de abastecer.

Havia, portanto, dois movimentos de produção material, um referente à própria mineração - de considerável escala, concentração e especialização - que se desenvolvia entre a região mineradora e a capital, e outro referente ao colar de atividades que a mineração, pelas suas próprias características, acabou criando, ou seja, produção e comércio de gêneros alimentícios e de meios de transportes. Estas, por sua vez, não se configuravam em transações bilaterais e complexas entre a produção mineira e a capital da colônia - vale dizer: sistema de empresas, de financiamentos e controles governamentais existentes em um quadro de vida

urbanizado, mas se alargavam pelo território colonial transpondo as fronteiras das próprias capitanias, tanto ao sul quanto ao norte. Esses fluxos, embora com vetores que se diferenciavam, tinham como denominador comum o fato de serem transações mercantis.

Com a decadência do ouro, houve uma nova movimentação dentro do território colonial, tanto da atividade mineradora quanto das atividades complementares. Esse movimento não se resume no simples deslocamento de populações, há uma política metropolitana, há as subdivisões em Capitanias e, sobretudo, as instituições, a riqueza e o poderio gestado durante a mineração. É sob esse diapasão, de complexas motivações, que ocorrerá a ocupação do “Sertão do Rio Pardo”.

Desnecessário evidenciar, de imediato, se a ocupação da região foi obra de mineiros ou de paulistas, sua consolidação envolveu, além destas influências, outras de menor importância quanto à origem dos ocupantes, cujo significado transcende essa classificação. Deve-se destacar, de pronto, que a própria região constituiu-se enquanto a confluência de três fronteiras, todas elas dentro do processo de constituição das peculiaridades territoriais interiorizadas do Brasil.

Primeiramente, a região situava-se na fronteira territorial do nordeste paulista dentro de um espaço que sempre esteve afeto à Capitania de São Paulo, muito bem-demarcado pela hidrografia e relevo, sendo sobretudo rota de caminho aberto por bandeirantes; era ainda habitada primitivamente por índios Caiapó - pesquisadores encontraram inúmeras igaçabas [urnas funerárias de cerâmica] na região, sendo inclusive o nome de uma localidade no extremo norte².

Se existiram entreveros quanto aos marcos de fronteira das Províncias de São Paulo e Minas Gerais, isso ocorreu de modo que se poderia caracterizar de residual quanto aos destinos das localidades que se formaram nas duas Capitanias. Portanto, uma região de fronteira política e, como tal, envolvia o embate entre os que enfeixavam o poder e aqueles que eram apenas coadjuvantes nesse processo. Talvez nessas questões não fosse propriamente a geografia e os limites geográficos que estivessem jogando o papel mais importante.

² Santos, Wanderley dos. O índio na história de Franca. Franca: Prefeitura Municipal, 1995. Presotto, Zélia Neves & Ravagnani, Oswaldo M. Dados históricos e arqueológicos dos primitivos

Em segundo lugar, a região era como que uma franja da atividade mineradora, já que situada na mesma faixa de latitude dos centros de mineração do ouro das Gerais e na mesma de longitude da mineração goiana, houve um período em que a cata do diamante tornou-se evidente, mas isso ocorreu a partir da segunda metade do século XIX³.

“Principalmente no município de Franca, abundam os terrenos diamantinos, já explorados em 1855 por alguns aventureiros que garimpavam nos ribeirões ‘Sta. Barbara’, ‘Sapucahy-Mirim’, ‘Canôas’ e outros, Este facto levou a Municipalidade de Franca a representar, em 1883, ao Governo Imperial, para o fim de serem declarados diamantinos seus terrenos e gozarem dos favores da lei.” (Sic)⁴.

Quando a ocupação havia se consolidado, embora o aparecimento de pedras preciosas tenha ocorrido em locais onde mineiros e paulistas há muito tempo disputavam fronteira - na localidade então denominada Aterrado e adjacências do Ribeirão das Canoas⁵, foi na porção paulista que ocorreu o maior comércio de pedras, ao passo que as fronteiras só foram definitivamente estabelecidas em 1937⁶. Portanto uma região contígua quanto à dotação de recursos minerais.

Finalmente, o fato de a região ter sido cortada por uma significativa rota de passagem - a Estrada dos Goiasés, fez com que a atividade pastoril que se desenvolveu mais intensa e duradoura em Goiás e Mato Grosso, ao lado da tardia e breve mineração, ainda no século XVIII, tornasse a região um ponto de confluência não só de homens, mas também de rebanhos que buscavam valorização nos mercados mais populosos ao Sul, notadamente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Portanto uma região de fronteira na atividade mercantil.

Ao lado disso há que se destacar o fato de a região possuir um relevo muito variado, com alternância de altitudes, de solos e de vegetação, sendo ricamente dotada de pequenos

habitantes do Nordeste paulista. Boletim de história e ciências correlatas. Ano II, nº 4, Franca, 1970, p.50-7.

³ **Chiachiri Fº**, José. A mineração. In: Franca. Banco de dados. (mimeo) S/l. S/d.

⁴ **Sobrinho**, Julio Brandão. Varias notas: Minerais. In: **São Paulo**. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. Boletim da Directoria de Industria e Commercio. 3ª serie/ jun.: nº6, 1912, p.254-5.

⁵ **Carvalho**, Affonso José de. A Franca: esboço de história e costumes. In: **Palma**, Vital. Almanach de Franca: 1912. São Paulo: Salesianas, 1911, p. 125-6.

cursos d'água - fator determinante nos primeiros caminhos e ocupações - que contribuem com seus três principais rios: o Pardo, o Sapucaí e o Grande. O relevo da região é formado, ainda, por dois espigões: um, ficando entre os rios Pardo e Sapucaí - no sentido noroeste - e outro, projetando-se no sentido norte a partir do Sapucaí até o Grande. Essa subdivisão geográfica da região é que definiu, respectivamente, a abrangência das duas Freguesias que lá se instalaram: a da Franca e a dos Batatais.

Desde a abertura da rota para Goiás, aqueles chapadões tornaram-se um elo de ligação. Os pousos que se erguiam ao longo do caminho e em consideráveis distâncias uns dos outros, foram os primeiros assentamentos populacionais, cuja sobrevivência ligava-se ao abastecimento dos viandantes e na defesa dos territórios contra os Caiapó. Enquanto via de circulação de riquezas, os homens não tardaram a ocupá-lo, apossando-se de terras capazes de oferecer produtos do mato, das roças e da criação, e que permitissem reter parte da riqueza que por ali passava⁷. Evidencia-se, dessa forma, o fato de a região ter se constituído um ponto estratégico no fluxo entre as Capitâneas e se tornado capaz de flexibilizar o uso de seus recursos, alternando e conjugando atividades voltadas para um comércio de subsistência e de longo curso.

“ENTRANTES” E OCUPANTES: UM SISTEMA A SE REPRODUZIR

Em termos de proporções pode-se afirmar que a ocupação primeira da região, feita predominantemente sob os auspícios da Capitania paulista, ocorreu de modo disperso e pode ter oscilado ao sabor dos movimentos em direção aos núcleos auríferos de Goiás. Mineiros acorreram em maior número no princípio do século XIX. De 1/3 da população, em 1804, passam a compor 2/3 dela, em 1824. Mas talvez não houvesse aí uma mudança de atividade da mineração propriamente para a agricultura. É difícil estabelecer um raciocínio que relacione o esgotamento do ouro com a ocupação da região⁸.

⁶ **Ribeiro**, Maria da Conceição Martins, Franca (contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros) *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. v.3, CNG, 1944, p.587.

⁷ **Brioschi**, Lucila [et alii] *Entrantes do freguesia de Batatais - séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991, p.3-41.

⁸ **Chiachiri Fº**, José. *Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986, p.158.

Dois importantes acontecimentos devem ter motivado a dispersão populacional da Capitania de Minas: a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e o fato de ter havido em São Paulo - no antigo oeste - o surgimento de considerável implantação da atividade canavieira. Foram, também, ocorrências decisivas para a produção global de alimentos em todo o Centro-Sul.

O maior contingente de ocupação das terras situadas no Caminho de Goiás passou a ser o resultado da demanda de alimentos e da reprodução de um movimento de ocupação de terras férteis por meio de desbravadores e pequenos roceiros, quer deslocados por fracionamento de terras de antiga ocupação, quer por um mecanismo de expulsão que atividade canavieira pode ter desencadeado nas extensas faixas de terra roxa paulista.

Isso não quer dizer, por outro lado, que mineiros de grandes posses não tenham se dirigido para a lavoura canavieira do oeste antigo paulista, compreendido pela região onde situavam-se as vilas de Itú, Jundiá, Campinas e Moji-Mirim⁹, ou ainda tenham partido da altura de Poços de Caldas no sentido de Caconde e se espalhado de Casa Branca até Batatais, como é o caso específico dos Junqueira¹⁰.

Interessante notar que a ocupação definitiva, levada a efeito por grandes proprietários, ocorreu depois da chegada de frentes pioneiras compostas de famílias de poucas posses, quando já estavam consolidados os conhecimentos quanto à qualidade da terra e quanto às potencialidades de inserção de produtos em um sistema de trocas.

Não satisfeitas essas condições, até mesmo um grande sistema centralizado e consolidado pôde refluir; foi isso que Chiachiri F^o constatou quando disse que:

“Todas as sesmarias doadas, todo o fluxo de passageiros em direção às minas de ouro, enfim, todo o século XVIII, não foram suficientes para a conquista definitiva do

⁹ **Bacellar**, Carlos A.P.. Os senhores da terra-família e o sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855). Dissertação de Mestrado pela FFLCH/USP, 1987, p.127 e segs. e In: **Brioschi**, Lucila R. [Et alli]. *Op.cit.* p.38-41.

¹⁰ **Junqueira**, Eduardo Diniz. Fazendas e Fazendeiros. In: **Brioschi**, Lucila R. [Et alli]. *Op.cit.* p.69-221. e **Naldi**, Mildred Regina Gonçalves. Coronelismo e poder local. Franca: (1850-1889). Franca: UNESP, 1992, p.71-2.

Belo Sertão. Muitas das sesmarias concedidas não passaram pelo processo de demarcação e, abandonadas, acabaram permanecendo como terras devolutas”¹¹.

O sistema de concessão de terras por meio das Cartas de Sesmarias, que vigorou durante grande parte de período colonial, encerrou-se em 1822, mas desde D. Maria I havia determinação de não se conceder sesmarias onde se encontrassem “arranchados”, “princípios de cultura” ou “criação de vacuns”. Então, e até bem depois da Lei de Terras de 1850 - e do Decreto de 1852, os apossamentos para posterior legalização passaram a ser a norma naquilo que se referia a terras devolutas, ao passo que, somente a partir de 1852, as terras já possuídas passaram por processos de demarcação, tornaram-se propriedade privada, constituindo, a partir disso e na medida do possível, um mercado de terras.

Disso se entrevê a real dimensão dos procedimentos de ocupação territorial, do ponto de vista das várias levas de migrantes, que definiram a ocupação do Sertão do Rio Pardo; houve, na verdade, a predominância daqueles que reuniam condições de manter um contato formal com as autoridades no sentido de se estabelecer nas melhores e mais bem-posicionadas faixas de terra.

A idéia de que posseiros iam se institucionalizando como senhores da terra pode dar a entender que agregados estivessem buscando posses, sempre adiante, com o objetivo de se livrarem dessa situação e ingressarem no rol dos senhores de terra, como se houvesse uma intensa mobilidade social. Chicachiri Fº oferece circunstanciada visão dessas verdadeiras “fábricas” de fazendas analisando uma Ação denominada Força Nova.

“Arrancharam-se em algum sítio que lhes parecia aprazível e delimitaram, à olho, a sua área. No trabalho de demarcação ergueram cruzeiros e cravaram ferros em troncos de árvores. Tiraram rego d’água de algum ribeirão, fizeram roças. Aos poucos foram erguendo casa com maior conforto e segurança e construindo currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à vida e à atividade agropastoril... Cada família cultivava e criava à proporção de seus braços e riquezas”¹².

Deve-se estar atento às suas conclusões:

¹¹ **Chiachiri Fº**, José In: Brioschi, Lucila R. [Et alli]. *Op.cit.* p.43.

¹² **Chiachiri Fº**, José In: Brioschi, Lucila R. [Et alli]. p.44.

“É certo que, posteriormente, outras famílias de maiores recursos estabeleceram-se na região e compraram as posses dos primeiros entrantes. Estes, porém, continuaram as suas ‘diligências’ pelos Sertões afora na busca interminável de novas paragens que pudessem ser desbravadas e apossadas” (Sic)¹³.

Para que se desencadeasse a produção, havia a condição de que se constituísse a posse da terra, que um principal se colocasse na chefia - cabeça - do “fogo” e de sua família, e que agregados, escravos e/ou mesmo os familiares se envolvessem com o plantio, com a criação e com o artesanato de bens indispensáveis. A capacidade de reunir braços foi decisiva para a ocupação. Isso faz imaginar que, além das sesmarias, o apossamento poderia também refluir, caso lhe faltassem braços. Sendo esses a medida do sucesso, é bem provável que no conjunto houvesse ainda a figura de mateiros, garimpeiros e caçadores que se aventuravam, enfrentavam perigos e doenças, alheios a uma base familiar, mas mantendo com ela algum tipo de troca, - inclusive quando entre as coisas trocadas a violência pudesse estar presente, na forma de cobranças ou vinganças.

Neste sentido, é bastante temerário conjugar os conceitos de posse com mercado de terras, especialmente numa época e numa região em que era a capacidade de comando de um senhor sobre um contingente maior de pessoas o que conferia poder. Esse poder se revelava maior quanto maiores fossem os territórios dominados. Eram terras que tinham valor, mas sua valorização estava restrita a um círculo de interessados diretos, vale dizer: era uma avaliação que interessava aos herdeiros e aos confrontantes. Esse detalhe confere um conteúdo interessante ao conceito de riqueza da época, uma riqueza cuja circulação é predominantemente no ambiente familiar e local.

A geografia e a posição geográfica decidiram muito em favor da região; uma população considerável, de 10.664 moradores - entre os quais 1.615 escravos - compõe os povoados sob a jurisdição da Villa Franca do Imperador em 1824, dispersa pelo Belo Sertão ao longo da Estrada Geral¹⁴. Desenvolvia atividades de cultivo do milho, da cana, do feijão, do arroz, da

¹³ *Idem*, p.49. (Grifo nosso).

¹⁴ Muller, Daniel Pedro. Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Seção de Obras d’O Estado de S.Paulo’, 1923 (reedição literal do original de 1838), p. 60-61. *Apud* Bacelar, Carlos A.P.. Os censos coloniais. In: **Brioschi**, Lucila R. [Et alli]. *Op.cit.* p.32. Bacelar acredita e com razões bem-fundadas, que na composição desses censos poderia haver uma certa

mandioca, do trigo, do algodão e da mamona. Havia, ainda, a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e eqüinos. É muito complicado definir se estas produções eram para autoconsumo ou se eram para entrar no giro mercantil.

Depreende-se que, pela vastidão da própria região e pelas características das unidades produtoras, havia uma segura e constante produção de subsistência, que poderia eventualmente, entrar no circuito de trocas, ou até alcançar os mercados mais distantes. Uma produção necessariamente havia, mas nada indica que ela fosse suficientemente voltada para mercado.

“Além da criação de gado bovino e das plantações, algumas atividades artesanais desenvolviam-se nas fazendas. Na sua maioria, essas atividades destinavam-se ao autoconsumo, mas podiam ser também comercializadas. Nas tendas de ferreiro, geralmente dirigidas por um escravo profissionalmente habilitado, com seus foles, forjas, marretas e bigornas, produziam pregos, ferraduras para as tropas, correntes para os carretões, peões para os carros de bois e outros objetos de metal usados rotineiramente. Nas serrarias e tendas de carapina, com serras de folhas e serrotes, guilhermes e goivas, trados e compassos, fabricavam os madeiramentos e os assoalhos para as casas, os catres para dormir, as mesas, os armários, os bancos e as cadeiras. O leite coalhado era transformado em queijos, os quais eram vendidos para outras ... regiões. Em algumas fazendas havia os engenhos de açúcar, que além do açúcar, produziam a aguardente e a rapadura. O algodão plantado e colhido, após o seu descaroçamento, era transformado em fios pela roda de fiar, e tecidos nos grandes teares de madeira. Na casa do moinho fazia-se principalmente o fubá e, na do monjolo, pilava-se o milho, o arroz e o café. Na realidade, essas fazendas constituíam-se numa unidade econômica auto-suficiente. O que produziam, consumiam e, o que sobrava, ‘exportavam’. Precisavam do sal que vinha do mar, do ferro, de ferramentas, de alguns artigos de luxo que não podiam fazer com suas grossas mãos e toscas ferramentas, tais como um vinho do porto, um copo de cristal, uma garrafa de vidro, um prato de louça, um chapéu de feltro, uma toalha de linho e um relógio de ouro.

O sertão oferecia aos seus habitantes uma vida dura, rústica e até primitiva”¹⁵.

interferência dos principais da localidade interessados em aparecer de algum modo favorável aos olhos da Coroa, influenciando no resultado dos recenseadores.

¹⁵ **Chiachiri F^o**, José In: Brioschi, Lucila R. [Et ali]. *Op.cit.* p. 57.

Essa descrição pode ser aplicada a qualquer fazenda em uma região que foi considerada, momentaneamente, “boca de sertão”; a questão é saber até que ponto uma determinada região pode deixar de ser “boca de sertão” sem refluir, em função do avanço dos caminhos e do prolongamento da franja pioneira¹⁶. Em que medida o deslocamento das atividades de serviços, de que necessitavam os que se locomoviam, mantinham sua importância ou simplesmente deixavam de ser importantes; em que medida uma região torna-se capaz de reter parte dos fluxos que por ela passam?

“ISOLIDARISMO”: INCÔMODO DA VIDA PÚBLICA.

A questão reveste-se de uma complexidade ainda maior se se enfatiza o fato de os domínios rurais terem se constituído sob o condão de uma modalidade de privatismo familiar e parental que poderia gerar conflitos, os mais ásperos, impedindo a presença de uma autoridade pública gestora de interesses comuns. Neste sentido, essa modalidade de “isolidarismo” criava dificuldades ao aparecimento de espaços públicos, ainda que estes pudessem ser compartilhados apenas por uma reduzida elite de senhores.

“Esta a formação social e econômica do nosso povo. Como se vê, ela se processou dentro do mais extremado individualismo familiar. É claro que de tudo isto outra coisa não se poderia esperar senão este traço cultural tão nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do ‘lugar’, da ‘vila’, da ‘cidade’ ”¹⁷.

Estes elementos parecem estar inscritos no complexo cultural de vida pública, modelado pelo modo de ser, pelos usos, tradições e costumes, gestados em três séculos de dominação colonial. Uma espécie de imunidade dos grandes domínios fazendeiros frente ao poder central aparece como que sobrevivência do direito feudal português, que não se extinguiu com o período colonial e apenas desapareceu com a grande propriedade escravista em 1888¹⁸.

¹⁶ **Deffontaines**, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. Boletim Geográfico trad. Orlando Valverde, ano II, nº 14, 1944, p. 141-8.

¹⁷ **Oliveira Vianna**, Francisco José de. Instituições política brasileiras. São Paulo: José Olympio, 1949, v.1, p.127.

¹⁸ **Oliveira Vianna**, Francisco José de Op.cit. p.200-1

“O clã era então composto ... das famílias aparentadas, tanto as que se prendem pelos laços de consangüinidade, como pelos de afinidade. Por isto, sempre exorbita a área do domínio tronco e se estende por vários domínios, e mesmo por municípios inteiros...

Esta solidariedade parental, que encontramos dominante nos séculos coloniais - e que inspira, clara ou imperceptivelmente, todas as atividades políticas e partidárias da nossa nobreza territorial no IV Século- tem seguramente a sua causa primeira, não em qualquer tradição peninsular; mas nos perigos enormes e temerosos que criaram, nos primeiros séculos, as nossas primeiras instalações desbravadoras e colonizadoras. É uma criação nossa, da nossa história local e da nossa ecologia social... esta é a causa da solidariedade familiar e do clã”¹⁹.

De modo análogo ao que uma mancha de óleo descreve sobre uma determinada quantidade de água, os desdobramentos ocorriam por contigüidade. Um pedido de sesmaria ou abertura de uma nova obedecia o princípio de contigüidade geográfica onde, ao tronco familiar, atraía-se por meio do domínio de aparentados. O peso da constituição familiar conferiu o predomínio da instalação de clãs familiares e a sua preponderância na povoação de regiões e municípios inteiros.

Deriva do clã parental as instituições da endogamia, do compadrio. Residindo no compadrio o aspecto de ilimitabilidade da ampliação dos domínios da família patriarcal, bem como o mecanismo de ascensão social nele implícito.

“Ora, é sobre esta sociedade - assim dispersa, incoesa e de estrutura aristocrática - que vamos realizar, entretanto, em 1822, uma das maiores e mais radicais experiências de democratização, porventura realizadas na história da América Latina: - a do sufrágio universal, instituído com uma latitude, uma generalidade, que nem mesmo hoje conhecemos [Vianna escreve isso na década de 1930]. E, nada mais curioso do que acompanharmos, nas suas conseqüências, essa democratização feita por decreto, de modo quase mágico - e que não correspondia a nenhuma transformação de fundo da estrutura desta sociedade, nem às condições reais de sua cultura política”²⁰.

A passagem da vida privada à vida pública, que acontece a partir da Independência, consolida-se, todavia, apenas no Segundo Reinado. Diante da dispersão populacional, das

¹⁹ *Idem*, p.214-5.

dissociações orgânicas e dos localismos parentais, quais seriam os elementos a reunir os agentes à solidariedade e à cooperação, enfim, à uma atividade mercantil? Motivos de ordem social, religiosa ou econômica podem ter jogado um papel muito menos importante que a motivação de cunho eminentemente político eleitoral, já que os partidos políticos, quer liberais, quer conservadores de clãs eleitorais, eram resultantes da fusão dos clãs territoriais e parentais, tendo a finalidade precípua de se garantir a elegibilidade.

O motivo que impulsionou os chefes locais a se congregarem em um movimento “sincretista” não foi a defesa do interesse público, mas tão somente ocupar os espaços institucionais criados pela nova legislação - Código de Processo de 1832 e Lei de 19.10.1828 que organizou os municípios e que criou os cargos de Juízes de Paz, Juízes Municipais, Vereadores e Oficiais da Guarda Nacional, de modo a impedir que clãs parentais rivais o fizesse.

De municipal, a base eleitoral vai ganhar um sentido nacional com legislação do Segundo Reinado - pequena centralização de 35 a 40 e grande centralização de 3.12.1841 que vai até 1889 - onde se incrementou o poder dos presidentes de Província, que agiam como emissários do poder central exercendo uma excepcional força centrípeta sobre os ânimos dos clãs locais, no sentido de angariar a simpatia, as nomeações, as titulações, as honrarias e a parcialidade do poder provincial que agia como intermediário em relação ao poder central.

A Guarda Nacional e o sistema bipartidário foram de suma importância na passagem do poder dominial e latifundiário para o poder municipal, atuaram como elementos de ascensão social e como instrumento de minimização dos conflitos clânicos, outrora exercidos pelo compadrio e pela endogamia.

O processo foi sincrético porque imposto de fora e contrário aos desdobramentos naturais que se vinham processando desde a colônia. Daí que os interesses passam a ser os de aliciamiento, interpondo-se ao governo provincial e ao governo local a figura do chefe provincial - chefes de clãs rurais com prestígio de mando sobre uma província toda - onde o “povo-massa” passa a contar apenas de modo numérico. Donde se conclui que a política estava voltada para motivos egoístas ou por motivos de defesa privada.

²⁰ **Oliveira Vianna**, Francisco José de *Op.cit.* p.241.

Do ponto de vista de uma elite dominante, são desenvolvidas formas de organização “clônicas” gestadas a partir de interesses pessoais de mando, de proteção de vivência burocrática, ao passo que, do ponto de vista do restante da população livre, “povo-massa”, nem a história e nem a cultura havia preparado para os deveres de natureza coletiva²¹.

TRANSPORTES E O MERCADO: UM SETOR DE CONTATO OBEDECE A HIERARQUIA.

A razão desse circunstanciamento de natureza mais geral, apoiado em Oliveira Vianna, tem sua operacionalidade na análise, no sentido de alertar que a maioria das interpretações tendem a ver a formação econômica de uma região imediatamente a partir das possibilidades de troca. Daí, surgem categorias analíticas, tais como: economia aberta, economia fechada, para importações ou para exportações, que podem não refletir o modo com que os homens produzem e reproduzem a vida material dentro das suas estruturas do cotidiano²².

Retomando, portanto, a questão das possibilidades de extravasamento de relações mercantis regionalizadas, sob a ótica da mercantilização, ou ainda, da possibilidade de a localização da região ter permitido que parte da renda gerada em outras regiões fosse ali retida, deve-se ter claro que seria necessário uma articulação interna tal que um setor mercantil e/ou de serviços estivesse estabelecendo alguma forma de nexos com o mecanismo de ocupação e de dominação local.

A idéia remete à questão da importância decisiva da Estrada, dos pousos e dos arranchados. Seriam eles capazes de desenvolver serviços tais que permitissem a retenção de parcela de renda e que esta, por sua vez, fosse revertida para uma atividade mercantil tão vigorosa que acabasse por canalizar o produto do pastoreio e da agricultura locais?

Se verdadeira, restaria definir como é que teria se articulado um setor de considerável projeção pública - serviços, mercado e artesanato, com um setor de domínio clânico, a fazenda. A questão parece ter ficado resolvida, ainda que parcialmente, quando Chiachiri F^o afirmou que nem a existência dos fogos e nem a dos pousos são suficientes para que se possa

²¹ Oliveira Vianna, Francisco José de *Op.cit.* v.2 p.282-4.

²² Lenharo, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política no Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979. *Idem*. Rota Menor: o movimento da economia mercantil de subsistência do Centro-Sul do Brasil, 1808-1831. *Anais do Museu Paulista*. v. 23, 1977/8.

identificar o surgimento de um arraial, vila ou cidade. Havendo casos em que os pousos, muito mais parecidos com uma propriedade rural, sobreviveram à edificação de vilas²³.

Respostas para as indagações acima tornam-se mais plausíveis se forem identificados os mecanismos através dos quais os senhores, primeiro, tornaram-se os verdadeiros possuidores das terras e, segundo, sob quais circunstâncias eles puderam se valer de sua posição para ingressarem no giro mercantil aproveitando a localização de suas propriedades e os desnivelamentos que as rotas de comércio evidenciavam. Nessa condição, como eles tornaram-se mercadores sem deixarem de ser senhores, ou ainda, como o sistema senhorial se manteve predominante convivendo com um setor mercantil?

Uma coisa é certa, a fazenda agrícola de produção em escala, diferente de uma *plantation* propriamente dita - nunca semelhante à tipologia do latifúndio monocultor - chegou à região apenas com a cafeicultura, no último quartel do século XIX e adquiriu sua maior expressão com a chegada da ferrovia em 1886 em Batatais e em 1887 em Franca. Até então, as comunicações e os transportes eram executados por meio dos tropeiros, com seus comboios de mulas, dos boiadeiros, que tangiam rebanhos inteiros, e dos carreiros, com suas juntas de bois.

Esses transportes arcaicos do Brasil tiveram ampla aplicação na região devido sua vegetação de campo, sua topografia altiplana - repleta de aguadas - e seus solos areníticos, facilmente drenáveis nas estações chuvosas. Ao contrário da navegação fluvial, que, por sua vez, enfrentava dois tipos de obstáculos: as inúmeras corredeiras, especialmente as do rio Grande - então denominado Alto-Paraná - e o fato de correrem para o oeste e depois demandarem ao sul, função que o Tietê ocupou de modo superior.

Pandiá Calógeras descreveu com detalhes este setor da vida interior brasileira - “a vida monótona, invariável de sol a sol do pessoal da tropa” - não escapou-lhe o fato da chamada tropa goiana ser mais numerosa que as demais, com onze animais, ao contrário da tropa mineira e fluminense, com nove e sete respectivamente. Uma vez mais as distâncias influíram na caracterização, e a geografia, na direção - “não se cruzavam desnivelamentos apreciáveis, salvo na travessia dos vales erodidos pela águas dos rios”. Sua descrição aponta uma

²³ **Bacelar**, Carlos A.P. In: Brioschi, Lucila R. [Et alli]. *Op.cit.* p.18, notas 41 e 42.

hierarquia composta de camaradas, capatazes e tropeiros, sendo estes últimos os donos das tropas.

Camaradas e capatazes executavam o transporte, outra era a viagem do dono da tropa.

“Era um mensageiro da civilização, Era o homem que tinha ido à Corte, ou pelo menos, a lugares nos quais se tinha notícia do que se passava na Corte. Nesse tempo em que raros jornais circulavam, sem assinantes no interior, linhas postais eram escassas, quando não inexistentes, a tradição oral do interior valia como meio quase único de contato com os acontecimentos do litoral e do estrangeiro...

Por eles, chegavam ao sertão longínquos rumores dos sucessos litorâneos, isto é, das alternativas políticas pelas quais tanto se interessavam os chefetes regionais, dos preços das mercadorias a comprar e dos gêneros a vender. Por eles fazia encomendas...

Por esses tempos, não havia bancos, nem meios de remessa de dinheiro senão por ‘positivos’, ‘próprios’, portadores ou mensageiros especiais. Ainda era o tropeiro, conhecido e abonado, o intermediário normal para tais operações.

... Também, em regra, pertencia à gente melhor da província: para compra das tropas, para registros e direção de sua indústria, era conveniente possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados.

Ainda, para manter e alargar influxo e prestígio, teria de convencer, cativar e aconselhar a quantos freqüentava. Banqueiro dos fazendeiros, tinha de lhes merecer fé. De fato, esta era a base insubstituível de tais relações econômicas no sertão; a confiança recíproca entre vendedores e compradores, no interior e no mercado consumidor, através do tropeiro ouvido e respeitado. O ambiente em que se moviam era da mais estrita e rigorosa honestidade.

Compreende-se, destarde, o ascendente social exercido. Hóspede nas fazendas, querido e ansiosamente esperado, trazia novidades, aviava as encomendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa”²⁴.

Outros nexos não menos importantes na narrativa breve, mas ao estilo sólido de Calógeras, são as especificidades que a tropa assumiu na direção de Goiás. Na viagem de regresso, constituíam uma comitiva de boiadeiros e transportavam o gado tanguido a pé.

²⁴ **Calógeras**, João Pandiá. Transportes arcaicos no Brasil. *Boletim Geográfico*. v. II, ano III, nº 23, 1945, p.1670-7.

“Adquiriam gado e voltavam em marchas pequenas, três léguas em geral, amansando pelo trato as bravias manadas sertanejas, guiando-as. Recolhiam as cabeças tresmalhadas, lutando contra os ‘estouros’, pânticos súbitos, por vezes inexplicáveis e irreprimíveis...

No percurso da volta, até o ponto terminal, encontravam os ‘verdes’, isto é, a vegetação nova, tenra e suculenta, dos campos já então adubados pelas cinzas das ‘queimadas’... chegavam, para descanso e engorda, nas ‘invernadas’. Podia-se contar com mais alguns meses para a manada se refazer da ‘quebra’ sofrida na viagem e se tornar mercadoria de valor venal mais alto. Em regra, boi comprado no sertão, só no ano imediato entraria para o consumo.

Ainda aí, surgia essencial o papel da tropa no campeio do gado, em seu custeio e na sua condução”²⁵.

A descrição acima oferece a noção de que tropeiros, boiadeiros e carreiros faziam parte de um mesmo sistema de transportes, que tanto dependiam da ecologia e dos homens os quais a compunham, quanto transformavam as paisagens e introduziam mudanças sobre comunidades locais as quais atuavam. Isso ocorria na medida da intensificação dos negócios. A tropa de mulas, na direção de Goiás, mesmo com mais animais, introduziu o boiadeiro para as viagens de regresso, ao mesmo tempo em que as tropas tornaram-se insuficientes, dado o volume de novas cargas; recorreu-se ao carro de bois. Isso não quer dizer que as tropas de muare tenham desaparecido, antes se especializaram em artigos de menores proporções e maior rentabilidade: barras de ferro para uma rudimentar siderurgia - ferraduras e cravos, ferramentas e utensílios, bebidas e tecidos finos.

“Na zona do planalto, a chapada facilitou o advento do novo meio de transporte: o carro de bois.

Inteiraente construído de madeira de lei pesada, com escassa ferragem além dos aros dos rodeiros cheios, eixo móvel contido entre ‘cocões’ rinchadores, podiam carregar até cem arrobas. Eram terríveis estragadores de estradas, que não resistiam aos esforços de alavanca desenvolvidos nas curvas pelo conjunto rígido do eixo e rodas, sob o peso do rude veículo...

²⁵ *Idem. Ibidem.*

Está ligado ainda ao comércio do sal, o desenvolvimento experimentado no transporte pelo carro de bois.

Na carga, uma vez arrumada, não se mexia mais até seu destino final [diferentemente das cargas das mulas]. O couro da tolda protegia contra sol e chuva. A 'mesa' do veículo, elevada acima do solo impedia se umedecessem ou se sujasse as mercadorias.

Por vezes, pelo plaino seguiam em fila dezenas e dezenas de veículos, mais de cem em certas ocasiões. (Sic)

... a tropa pôde fazer tais movimentações, de vulto crescente, com a ampliação da indústria pastoril, a consumir cloreto de sódio para a salga do gado. Era a maior importação²⁶.

ENTREPOSTOS SÃO ENTRONCAMENTOS.

Nas unidades econômicas representadas pela fazenda predominava uma atividade que beirava a economia natural, pequenos puxados que se projetavam para além da morada principal podiam conjugar cozinhas e estrebarias, onde eram produzidos doces e queijos, pequenos engenhos forneciam açúcar, aguardente, álcool e rapadura, pequenas forjas davam forma às barras de ferro. Cardas, fusos, rocas e teares eram utensílios comuns nas residências do sertão, através deles é que a lã e o algodão tomavam a forma de tecidos, muitos deles tingidos com urucum, jenipapo ou pau-brasil.

As fazendas que reuniam mais meios para produzir possuíam seus escravos e seus agregados, donde se pode divisar uma espécie de divisão de tarefas, segundo a categoria social. Aos escravos estavam afetos os serviços pessoais, a agricultura, as criações domésticas - porcos, galinhas, cavalos - e algum artesanato. Eram os trabalhos mais rotineiros que requeriam maior especialização e capricho e conferiam um sentido de prosperidade à casa do senhor. Os agregados praticavam uma agricultura de menores proporções, mas suas funções principais estavam na lida com a criação do gado, nos pastos e na curralada - utilizada para contar, curar, ordenhar e, quando era o caso, tosquiá-lo. Numa época em que os cercados eram quase inexistentes, onde apenas os retiros, os currais e os redondéis - feitos de troncos e lascas de aroeira fincados ao chão - constituíam praticamente as únicas benfeitorias destinadas à

²⁶ Calógeras, João Pandiá. *Ibidem*.

contenção dos rebanhos, os olhos e a sagacidade dos homens eram os únicos meios de evitar que os animais avançassem sobre as searas ou sobre os campos “ervados” - cobertos por ervas venenosas. Para isso, era necessário que houvesse uma constante vigília de modo que os rebanhos permanecessem nas pastagens dos “encostos”, “furnas”, “grotões” ou “valados” formados pelo relevo e secundados pela vegetação. Somente após as colheitas o gado podia alimentar-se das palhadas.

Foram estas modalidades de unidades produtivas - com seus vários graus de prosperidade - que se formaram ao longo da Estrada de Goiás; à medida em que os transportes foram evoluindo da tropa para a boiada e, destas para os carros de boi, a Estrada Real passou a ser denominada a Estrada do Sal.

O geógrafo Deffontaines - apoiado em Luiz D’Alincourt na sua publicação de 1818²⁷, popularizou a idéia de que Franca teria surgido a partir da fixação de novos pousos que se desviaram dos Registros - pousos arrecadadores de direitos, principalmente sobre metais preciosos - presentes na Estrada de Goiás, dando a entender que teria sido essa a origem da Estrada Francana e, por conseguinte, a origem da cidade.

“Passava por aí a velha estrada que servia de transporte ao gado que descia de Minas para ser engordado nesta zona de erva; as fazendas são sobretudo invernadas, isto é, estações de engorda para os rebanhos que chegam das zonas pioneiras do norte e do oeste; o caminho de Franca, chamado *estrada francana*, é ainda um dos mais importantes caminhos de boiadas”²⁸.

Todavia, embora haja grande dose de verdade na interpretação do geógrafo, o circunstanciamento histórico parece ser mais adequado na medida em que a criação da Freguesia de N. Sr.^a da Conceição da Franca ocorreu em 1805, no período em que Antonio

²⁷ **D’Alincourt**, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cuyabá*. Rio de Janeiro, 1918. *Apud*. **Chiachiri**, José. *Vila Franca do Imperador*: subsídios para a história de uma cidade. Franca: Aviso da Franca, 1967, p.3. D’Alincourt afirmava, ainda, que o nome “Franca” provinha de ter sido este lugar aberto à toda gente, independentemente de casta, nacionalidade e situação frente à legalidade corrente, que emigrava livremente para a região. Esta suposta informação reproduziu-se largamente pelas publicações existentes sobre a cidade, caracterizando seus primeiros ocupantes como aventureiros, até meados do presente século, vide **Vallim**, Pedro E. *Album* dos municípios do Estado de S.Paulo. São Paulo: 1940, p.116-121.

²⁸ **Deffontaines**, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. *Boletim Geográfico*. Ano 3, nº 25, 1945, p.19.

José de Franca e Horta governou São Paulo - 1802-1811²⁹. Teria acontecido em Franca o mesmo que aconteceu em Lorena, na época do governo de José de Lorena. Não importa tanto aqui se a cidade deu nome a uma atividade, ou se uma atividade deu nome à cidade. Importa sim evidenciar as circunstâncias em que a localidade formou-se.

Não resta dúvida, ainda que faltem documentos, que na região onde apareceu Franca constituiu-se por longo tempo, durante praticamente todo o século XIX, um entreposto, uma espécie de entroncamento que se articulava com Minas Gerais, do Triângulo Mineiro até a Serra da Canastra, ao norte, em um circuito que avançava para leste e noroeste; com Goiás e Mato Grosso pela Estrada Real e com o restante do que havia de São Paulo, ao sul, pela própria Estrada Real.

É bem provável que houvessem “caminhos desviados”, principalmente se se imagina o obstáculo que a Serra da Canastra representava para Minas Gerais na integração de seu território base com o Triângulo Mineiro. As atividades criatórias e mineradoras desenvolvidas em Araxá e em Desemboque, respectivamente, parecem ter encontrado no Planalto Francano uma via de escoamento que não necessariamente corria em direção à São Paulo, mas que contornavam no sentido sudeste até chegar em Jacuí. Assim, havia, com segurança, um fluxo que saía de Minas e retornava a Minas, cujo destino final fosse o Rio de Janeiro, por meio do Planalto Francano. Era, portanto, a passagem, e não as minas de diamante, que fazia com que paulistas e mineiros disputassem fronteiras na região.

Do ponto de vista do fluxo de rebanhos que vinham de Minas Gerais e de Goiás, a Serra da Canastra era um obstáculo de paisagem às vezes inóspita, cheia de rios encachoeirados, com aclives e declives acentuados e, sobretudo, de pastagens que se alternam, bruscamente, de vales férteis a escarpados e cumeadas pedregosas. O Rio Grande também era um obstáculo, por ser caudaloso e, especialmente, nas suas áreas de corredeiras, de penhascos e paredões que suavizam à medida em que o seu curso atinge os relevos mais baixos na divisa entre São Paulo e o Triângulo Mineiro. Desse modo, cruzar o Rio Grande entre o extremo noroeste da Freguesia da Franca com o Sertão Velho da Farinha Podre, não só era o caminho mais antigo, mas o mais provável. Um outro aspecto a se considerar é o fato desse caudal ter

²⁹ **Saint-Hilaire**, August. Viagem pela Província de São Paulo 1830. 2ª ed. São Paulo: Martins. *Apud*.

sido praticamente intransponível na época das chuvas, que são particularmente intensas na região - de meados de dezembro a meados de março.

Há que se considerar, ainda, que logo abaixo - à jusante - o Rio Grande passa a receber contribuições outras de cursos que vêm do Triângulo Mineiro e de São Paulo, inclusive do Pardo e Sapucaí, tornando-se um colosso. Essa região, é no princípio do século XIX, um desabitado completo infestado de malárias, que provocavam as sezões, as quais os primeiros ocupantes tanto temiam.

É crível, ainda, que houvesse outras localidades em que se cruzasse a divisa natural entre Minas e São Paulo à montante de Rio Grande, mais próximo da longitude do Planalto Francano, mas é pouco provável que fossem, desde o início, cargas grossas ou boiadas inteiras. Mais plausível que o contrabando de ouro proveniente do Desemboque tenha forjado as primeiras rotas, que alguns couros, peles e solas, queijos e manteiga ou toucinho e mesmo fibras tivessem engrossado esse fluxo do Araxá e que, sobretudo, pessoas tenham se deslocado daquela região para povoar a outra margem paulista. Com certeza, no sentido inverso, algum utensílio seria indispensável, mesmo que o sal também não fosse tão demandado naquela região, já que as águas salobras do Araxá faziam com que suas populações e rebanhos não tornassem o consumo do produto tão importante. Com o tempo, aquela tornou-se uma direção a mais no fluxo de trocas, já que alguns dos povoadores egressos daquela região tinham como profissão o ofício de ourives e, pelo menos um deles, devidamente munido de sua balança de pesar ouro³⁰. Indicando sobretudo que à mineração sobreviveu um fluxo monetário.

A nomenclatura de algumas localidades - toponímia - dava a dimensão da natureza dessas passagens: Estreito - indicando pontos em que a largura do Rio Grande era menor e Jaguara - pessoa de mau caráter. São algumas denominações, as quais podem denotar que, à intuição do geógrafo Deffontaines e à observação dos viajantes - D'Alincourt e Saint-Hilaire - não se impõe apenas o circunstanciamento objetivo do historiador, mas sobretudo a reflexão.

“Em Mogy-Mirim de optimas terras, havia vastissimos campos onde se criava gado vaccum, cavallar e lanigero. Exportavam assucar, muito gado vaccum, muito queijo, algodão, cêra e outros artigos. Foi alli que introduziram os grandes carros de transporte,

tirados por cinco, seis e mais juntas de bois. Na freguezia da Franca, que fazia parte do termo, havia pequenas fabricas de chapéos e de tecidos de lã e algodão” (Sic)³¹.

Enfim, tratava-se de uma localidade que atuava como entreposto, próxima ao caminho Geral, mas muito bem-situada para abrigar grandes e pequenos fluxos. Os destinos das mercadorias nem sempre eram os mesmos. Isso permitiu a complexidade, a sobrevivência e a garantia dos povoadores contra a involução. Isso tudo foi muito diferente dos simples Pousos e Registros onde a estada era fugaz, onde os homens tinham algum conforto e onde podiam repor a provisão e algumas peças de artesanato necessárias à jornada de homens e animais submetidos a esforços diários.

“Amilhar”- alimentar animais com porções de milho - era um procedimento normal que indicava a necessidade de provisões pelo caminho, repor peças das arriatas e da vestimenta era, com certeza, uma necessidade de praxe cuja disponibilidade deveria ser bem menos freqüente pelo caminho.

³⁰ **Oliveira, Lélío Luiz de.** As transformações da riqueza em Franca no século XIX. (Dissertação de mestrado), Franca: UNESP. 1995, p. 28-9 e p. 79-80.

³¹ **Sobrinho, Julio Brandão.** S.Paulo antes de 1822. In: Op. cit. mai.: nº 5, 1912. p.197. (Grifo nosso).